

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

O Sindicalismo Revolucionário em Portugal
no primeiro quartel do século XX

Joana Dias Pereira

Joana Dias Pereira, mestre pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL. E-mail: joana.dp@gmail.com

A génese do sindicalismo revolucionário

Na alvorada do século XX, as doutrinas de Karl Marx e Mickhail Bakunine adaptavam-se ao desenvolvimento da luta reivindicativa, animada pelos sindicatos cada vez mais radicalizados perante a falência do parlamentarismo.

A Confederação Geral do Trabalho francesa foi o ponto de irradiação de uma nova «doutrina» – o Sindicalismo Revolucionário. Segundo os seus precursores, a precedência da revolução republicana terá permitido ao proletariado francês decepcionar-se com a parlamentarização dos Partidos Socialistas antes dos seus camaradas além-fronteiras. Com o decorrer das revoluções liberais europeias, a radicalização generalizou-se nos meios sindicais.

Admitindo que a implementação do regime parlamentar permitiu a oposição ao poder e o exercício das liberdades individuais e colectivas, os sindicalistas convenceram-se, no entanto, de que só as instituições exclusivamente operárias tinham a capacidade de fazer a democracia avançar para um novo estágio de emancipação integral.

Segundo a *Carta de Amiens* de 1906¹, o Sindicalismo Revolucionário actua nas suas organizações de combate – a oficina e os agrupamentos que dela derivam – e organiza a luta do operariado contra a burguesia, negando o poder e a lei. As instituições operárias pretendem provar a inutilidade do Estado e do patronato. A greve e a propaganda da greve geral aniquilam a ilusão da colaboração de classes e da democracia².

A negação do Estado e dos partidos políticos foi um convite irrecusável para os anarquistas, que se apressaram a reivindicar a paternidade destas ideias. Contudo, os socialistas que recusavam o reformismo dos seus partidos defenderam igualmente que o Sindicalismo Revolucionário era o «herdeiro oficial do socialismo»³, que, em última instância, baseia a sua doutrina no conceito de luta de classes.

Griffuelhes, secretário-geral da CGT francesa, perante as apropriações anarquistas e socialistas, explica que o sindicalismo não se liga directamente a nenhuma destas concepções. Segundo o dirigente, esta «doutrina», resultante da acção, rejeita elaborações teóricas desligadas da prática, privilegiando os meios de luta exclusivos da classe operária⁴.

Será, porventura, o modelo organizativo do Sindicalismo Revolucionário, baseado no ideal de sociedade almejada, um dos seus traços distintivos. A autonomia das federações no seio da CGT, dos sindicatos nas federações e dos sindicados nos sindicatos, por oposição ao carácter autoritário das instituições burguesas, seriam uma escola e uma prova da possibilidade de conciliar a liberdade individual com a solidariedade e a acção colectiva. A eficácia de que este modelo deu provas no início do século XX veio reforçar a convicção dos militantes.

A tática apregoada é uma segunda impressão digital do Sindicalismo Revolucionário – a greve, a boicotagem, a sabotagem e a propaganda da greve geral insurreccional, que

¹ As resoluções do Congresso da Confederação Geral do Trabalho francesa, realizado em Amiens, em 1906, sintetizam os princípios norteadores do Sindicalismo Revolucionário, e permitiram à central sindical filiar cerca de 600.000 trabalhadores.

² DELESSAULE, Paul – *A Confederação Geral do Trabalho: história, constituição, fins, meios*, p. 11.

³ LABRIOLA, Arturo – *O sindicalismo e o socialismo em Itália*, p. 22.

⁴ GRIFFUELHES, Victor – *A acção sindicalista*, p. 5-12.

se substitui à revolução política, tal como a greve quotidiana se substitui à intervenção parlamentar.

A teorização do anarco-sindicalismo⁵ e o Sindicalismo Revolucionário⁶ desenvolvem-se quase simultaneamente. Ambos têm raízes no pensamento de Bakunine e seus correligionários da corrente federalista da I Internacional, que, por sua vez, imprime um carácter marxista às teses de Proudhon e dos socialistas franceses⁷. É nesta assembleia magna que a ideia motriz de uma e outra corrente é enunciada: «A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.»

A frase de Karl Marx será interpretada por Bakunine como significando que a prática da luta de classes terá obrigatoriamente de ser uma e apenas uma: «a organização e a federação das caixas de resistência»⁸. Esta ideia será largamente desenvolvida pelo fundador do anarquismo operário, bem como pelos seus partidários, em especial Eugène Varlin⁹, que concebia a luta reivindicativa como uma pedagogia prática, insistindo na necessidade de desenvolver formas de organização que permitissem a máxima participação de todos os trabalhadores. A gestão destas organizações constituiria a experiência e a aprendizagem para gerir, mais tarde, a sociedade e a economia¹⁰.

Com a derrota da Comuna de Paris e o refluxo da ofensiva operária, a maioria dos anarquistas regressam ao individualismo. Todavia, entre as excepções destacam-se Errico Malatesta, teórico por excelência do futuro anarco-sindicalismo, que continuará a defender que é no movimento operário que está a garantia da transformação da sociedade, rumo à anarquia¹¹; e Fernand Pelloutier, um dos animadores da nova maré revolucionária francesa da viragem do século¹².

⁵ O anarco-sindicalismo constitui-se como uma corrente no seio do anarquismo que se distingue das restantes tendências libertárias por considerar o meio sindical como o campo privilegiado de luta e a via preferencial para a anarquia. Os anarco-sindicalistas viam no sindicalismo revolucionário, não um fim mas um meio para atingir o ideal de sociedade almejada. De facto, Errico Malatesta, seu principal teórico, considera que a estruturação das organizações operárias actuais corresponde às condições contemporâneas da vida económica, que a nova sociedade irá destruir.

⁶ O Sindicalismo Revolucionário tem origem na prática revolucionária dos sindicatos franceses, constituindo-se, segundo os seus precursores, como a doutrina da classe operária, criada pela classe operária. Nesta, as associações de classe têm um papel preponderante, quer na luta pela construção de uma nova sociedade quer na gestão dessa mesma sociedade futura. Muito embora tenha pontos de convergência com o anarquismo operário e com o socialismo antiparlamentar, foi a independência face às escolas socialistas que lhe permitiu reunir nas associações de classe socialistas e libertários. É posto em causa o seu carácter ideológico, principalmente pelos anarquistas, mas, segundo os sindicalistas, existem relevantes pontos de divergência, nomeadamente no que respeita à sociedade que defendem, baseada na gestão sindical, que difere da gestão comunal proposta pela acracia.

⁷ Ver artigos de Bakunine publicados pela *Egalité* em 1869, e reunidos pela *Vie Ouvrière*, em 1914. Da mesma época, a brochura *Ideias sobre a organização social* de James Guillaume, virá a ser utilizada quer por anarquistas como Luís Fábri para cimentar o anarquismo operário, quer pela corrente sindicalista revolucionária da União Sindical Italiana, para a propaganda da sua doutrina.

⁸ Cit. por VASCO, Neno – *Concepção anarquistas do sindicalismo*, p. 30.

⁹ Louis Eugène Varlin participou na fundação da sociedade de socorro mútuo dos encadernadores em 1857 e fundou a primeira União de Sindicatos parisienses, sendo assassinado a 28 de Maio de 1871, com a derrota da Comuna de Paris, da qual foi membro destacado.

¹⁰ Ver artigos citados in LOURENZO, Anselmo – *El proletariado Militante*, 1974.

¹¹ Ver TODA, Misato – *Errico Malatesta da Mazzini a Bakunin*, 1988.

¹² Ver PELLOUTIER, Fernand; SOREL, Georges (pref.) – *Histoire des bourses du travail: origine, institutions avenir*, 1902.

Pelloutier irá sublinhar as semelhanças entre o Sindicalismo Revolucionário posto em prática pela CGT francesa e o anarquismo, na sua obra *A União dos Sindicatos e a Anarquia*, traduzido e publicado em Portugal, em 1910, e será pela mão deste último que os anarquistas irão «retomar impassíveis a tarefa sindical, obscura, mas fecunda»¹³, alertados pela famosa carta aberta que o acrata escreve em 1899, sublinhando o perigo de os sindicatos regressarem ao reformismo.

Todavia, entre os anarquistas, houve ainda aqueles que viram no sindicalismo revolucionário uma doutrina independente. Foi o caso de Pierre Monatte, que se opôs à apropriação acrata dos postulados enunciados pela CGT francesa.

A recepção do sindicalismo revolucionário em Portugal

Diversos autores têm vindo a apontar a *Carta de Amiens* de 1906 como a cartilha que o sindicalismo português seguiu durante a Primeira República Portuguesa. De facto, a partir de 1908, os seus postulados são divulgados na imprensa e publicações operárias.

Ainda antes da tese *Organização Social Sindicalista* ser aprovada no 1.º Congresso Sindicalista de 1909, Emílio Costa interrogava-se: «Parlamentos ou Sindicatos?»¹⁴. Este intelectual libertário, que conhecia pessoalmente o próprio Lagardelle, escrevia no *Les Temps Nouveaux* e seguiu de perto, a conceptualização da doutrina e os debates por esta originados tendo escrito inúmeros artigos na imprensa portuguesa sobre o tema e realizado algumas conferências em associações de classe¹⁵.

Todavia, os seus escritos doutrinários não encontravam eco nas classes trabalhadoras, e foi necessário a União das Artes Gráficas Portuguesas enviar um delegado¹⁶ ao V Congresso Internacional Tipográfico de 1907 para que os resultados práticos daquelas teorias vissem a entusiasmar o operariado português.

As surprecedentes conquistas dos operários franceses chegaram à associação de classe portuguesa, motivando um grupo de cinco tipógrafos¹⁷. Em Fevereiro de 1908, estes convocam uma reunião entre destacados militantes anarquistas e socialistas, propondo-lhes a publicação de um periódico sindicalista unitário. Desta reunião resultou a criação do *Grupo de Propaganda Social*, que integrava membros das duas escolas, e que no aniversário da Comuna de Paris – 18 de Março –, faz publicar o primeiro número do diário sindicalista *A Greve*.

A Greve constitui a primeira experiência do que viria a ser a unidade no seio do movimento operário, com base na independência doutrinal e face ao poder político, princípios norteadores do Sindicalismo Revolucionário. De facto, entre os seus redactores contavam-se destacados membros do Partido Socialista Português, como Augusto César Santos e César Nogueira, e eminentes intelectuais anarquistas, como Hilário Marques ou

¹³ PELLOUTIER, Fernand – *A União dos Sindicatos e a Anarquia*, p. 15-16.

¹⁴ Parlamento ou Sindicatos? *A Lucta* (24 Ago., 5 e 13 Set. 1906) p. 1.

¹⁵ VENTURA, António – *Entre a República e a Acracia: o pensamento e a acção de Emílio Costa*, p. 149-157

¹⁶ Augusto César dos Santos foi representar a União das Artes Gráficas Portuguesas ao V Congresso Internacional Tipográfico 1907. É responsável pelos artigos difusores das conquistas do movimento sindical francês em *A Greve*.

¹⁷ Evaristo Ferreira, Alfredo Freitas, Fausto Graça, Francisco Judicibios, Alfredo Duarte Lauteano e Alexandre Vieira.

Pinto Quartim, bem como Jorge Coutinho, que viria a ser o primeiro secretário-geral da organização sindical alinhada com a corrente sindicalista¹⁸.

Este periódico reflecte apenas um conhecimento empírico do Sindicalismo Revolucionário, não sendo enunciados os seus princípios teóricos mas apenas os seus resultados práticos. Todavia, não há dúvida que novas ideias começavam a ser arremessadas contra a hegemonia da social-democracia¹⁹.

A ideia de conciliação de classes, essa «malfazeja tuba pacificadora», é fortemente combatida. O editorial de 18 de Abril defende que esse conceito é o pior inimigo do progresso social, «mais nocivo porque empata, mais perigoso porque desorienta»²⁰. A acção directa começa a ser paulatinamente propagandeada neste periódico – a greve como resposta ao *lock-out* patronal, para que as classes se possam enfrentar sem intermediários²¹, o *label*, a *Sabotage* e a *Boycottage*, como formas legítimas de defesa dos interesses operários²².

Porém, como o próprio Alexandre Vieira – redactor principal de *A Greve* – admite, estes militantes pouco conheciam da doutrina. Os ecos do Sindicalismo Revolucionário francês só viriam a ter ressonância junto do operariado português quando Emílio Costa traduziu algumas das suas obras de referência²³.

Em 1909, a *Bertrand* começa a editar uma colecção designada *Biblioteca do Movimento Social*, cujos volumes correspondem à tradução de Emílio Costa das principais obras teóricas do Sindicalismo Revolucionário, publicadas um ano antes pela *Bibliothèque du Mouvement Socialiste*. Curiosamente, negligenciou o seu primeiro volume – *A decomposição do marxismo*, de George Sorel, incontornável para o sindicalismo francês²⁴. No mesmo ano, a *Biblioteca de A Sementeira* edita a obra de Paul Delessaule – *A Confederação Geral do Trabalho: história, constituição, fins, meios*²⁵.

Estas ideias encontram paulatinamente eco nos jornais corporativos, chegando a motivar divisões nas associações de classe e a criação de novos periódicos. Por exemplo, os manipuladores de tabaco, romperam com o reformista *A Voz do Proletário*, iniciando a edição de *A Defesa Operária*, com o objectivo de «concorrer para levantar o operariado em geral da sua funesta apathia [...] entendendo que a questão económica é a base fundamental do problema social»²⁶.

Os manipuladores de tabaco encontravam-se em sintonia com a Federação das Associações Operárias de Coimbra, transcrevendo do seu novo *O Despertar* artigos que propa-

¹⁸ As associações de classe que participaram no 1.º e 2.º Congressos Sindicalistas, em 1909 e 1911 eram dirigidas pela Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (CECS) e pelo seu secretário-geral.

¹⁹ O movimento sindical. *A Greve*. (25 Mar. 1908) p. 1.

²⁰ A luta de classes: saibamos distinguir! *A Greve* (18 Abr. 1908) p. 1.

²¹ O direito de Greve. *A Greve*. (31 Mar. 1908) e (1 Abr. 1908) p. 1.

²² O *Boycottage*. *A Greve*. (28. Jun. 1908) p. 1.

²³ VIEIRA, Alexandre – *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 1970, p. 22-23.

²⁴ *A acção sindicalista*, por Griffuelhes; *A Confederação Geral do Trabalho*, por Émile Pouget; *Sindicalismo e socialismo*, por H. Lagardelle, A. Labriola, B. Kritchewsky, R. Michels e A. V. Griffuelhes; *O Sindicalismo e revolução*, por M. Pierrot.

²⁵ Esta colecção era da responsabilidade das *Edições do Grupo «Acção Directa»*, que incluía obras de Malatesta, Liste e Kropotkine.

²⁶ A nossa missão. *A Defesa Operária* (7 Mar. 1909) p. 1.

gandeavam «o sindicalismo» como solução para «resolver o problema operário, extinguir o salariado, fazer a revolução social»²⁷.

No Porto²⁸, «para o desenvolvimento na mentalidade da classe operária no sentido revolucionário resolveu um grupo de camaradas fundar um centro, no qual se estabelecessem conferências, palestras [...] O centro biblioteca de estudos sociaes iniciou uma série de conferências e publicou também um pequeno jornal de boa propaganda sindicalista, *O Libertador*»²⁹.



A Casa Sindical, com sede no Palácio Pombal, onde também se encontrava a redacção de *O Sindicalista*, foi mais uma conquista da tendência revolucionária (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

²⁷ Sindicalismo e anarquismo. *O Despertar* (21 Nov. 1908) p. 1.

²⁸ A greve geral: conclusões. *O Libertador* (Nov. 1908) p. 3.

²⁹ Correspondência. *O Despertar* (19 Dez. 1908) p. 1.

A Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (CECS) de 1909, primeira assembleia de orientação revolucionária, dividiu-se em subcomissões, uma das quais destinada «à propagação do sindicalismo». «Mandou vir de França folhetos, estatutos de *Sindicatos*, de Federações, de Uniões e de Confederação Geral, assim como jornaes, brochuras, etc. [...] não poupando mesmo os amigos, como Sá Vianna, Emilio Costa e outros, que lhe fizeram algumas conferências»³⁰. Finalmente, esta comissão foi responsável igualmente pela publicação do órgão sindical.

Pouco mais de um mês após a implantação da República, a 13 de Novembro de 1910, é publicado o primeiro número de *O Sindicalista*³¹. O editorial deste primeiro número é claro ao afirmar-se sindicalista e a sublinhar que o seu objectivo é «destruir o salariato». O periódico tinha por missão «expor e definir novos processos de lucta, novas formas de organização». Este foi o papel principal do «semanário defensor da classe trabalhadora»³².

O Sindicalista de 1910, ao contrário de *A Greve de 1908*, reflecte já um conhecimento profundo da doutrina nascida em França. As frases de Sorel e seus partidários povoam toda a publicação, ao mesmo tempo que são transcritos muitos dos textos fundamentais do Sindicalismo Revolucionário. Sintomático é, por exemplo, o *Folhetim do Sindicalista*, uma secção do jornal, que transcreve integralmente obras como o *ABC do sindicalista: origem, funcionamento, meios de acção, fins do agrupamento sindical*, de Georges Yvevot.



A tendência revolucionária do Sindicalismo é responsável por uma das mais alargadas mobilizações operárias durante a I República – a Greve Geral de Janeiro de 1912 (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

³⁰ Relatório da Comissão Executiva do Congresso Operário e Sindical e 1909. *O Sindicalista* (12 Fev. 1911) p. 2.

³¹ Este periódico, que perdurará até 1916 com interrupções, era dirigido por António Evaristo, editado por Alfredo Laureano e propriedade do Grupo Sindicalista.

³² Nós. *O Sindicalista* (13 Nov. 1910) p. 1.

Os militantes portugueses estavam entusiasmados com a eficácia do sindicalismo francês e consequentemente ávidos de conhecer a teoria que permitia alcançar tais resultados práticos. Para além das obras traduzidas, também ensaiaram as suas próprias teorizações da temática. Destacados dirigentes operários e alguns dos intelectuais que se uniram ao movimento dissertaram sobre as vantagens da acção directa sobre a acção legal e concorreram com o seu esforço para a difusão do novo sindicalismo – o revolucionário.

Em 1911 são publicadas duas obras fundamentais para o desenvolvimento teórico do sindicalismo em Portugal: *Acção Directa e Acção Legal*, de Emílio Costa, e *Sindicalismo e Acção Directa*, de Manuel Joaquim de Sousa³³.

Entre 1908 e 1911, em paralelo com uma ofensiva inédita da luta reivindicativa, a imprensa operária conhece o seu primeiro período áureo do século XX. Surgem uma média de cerca de três dezenas de novas publicações por ano, destacando-se as de tendência sindicalista e as porta-vozes das associações de classe, que cada vez mais fazem a apologia desta doutrina. De facto, à revelia dos periódicos de influência anarquista ou socialista, emergem quase seis centenas de novas publicações independentes destinadas unicamente à defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

O impacte da grande guerra e a falência do sindicalismo revolucionário

O Sindicalismo Revolucionário foi contemporâneo do militarismo que assolou a Europa na segunda década do século XX, e, em última instância, foi a grande guerra que determinou a sua falência.

A moção votada no congresso da CGT de 1908, em Marselha, perante a ameaça de conflagração, vem oficializar a posição dos trabalhadores organizados: O reforço dos exércitos tinha como objectivo reprimir ou substituir os trabalhadores em greve; a ameaça de guerra constituía apenas uma manobra da burguesia, tendente a perpetuar o seu domínio, à qual a classe operária responderia com a greve geral³⁴.

No contexto nacional, muito embora muitos socialistas, e até anarquistas, fossem conquistados pela ideia de uma guerra civilizacional contra o despotismo dos impérios centrais, a generalidade dos sindicalistas manteve-se sempre contra a conflagração e a participação de Portugal na mesma.

Segundo *O Sindicalista*, no final de 1912 tiveram lugar «contra a guerra imponentíssimas reuniões de protesto, os comícios de Lisboa, Porto, Évora e Setúbal». Nestas, foi «aprovada uma moção de repulsa pela eventual participação de Portugal na guerra e enviado um telegrama de solidariedade à CGT francesa»³⁵.

³³ COSTA, Emílio – *Acção directa e acção legal*, p. 13-23; SOUSA, Manuel Joaquim de – *Sindicalismo e acção directa*, p. 9.

³⁴ Vida social: França. *A Sementeira* (Set. 1908) p. 15. Neste artigo é transcrita a moção aprovada no congresso da CGT Francesa, realizada em Marselha, em 1908.

³⁵ Contra a guerra imponentíssimas reuniões de protesto, os comícios de Lisboa, Porto e Évora e Setúbal. *O Sindicalista* (22 Dez. 1912) p. 1.

Todavia, o operariado não correspondia à esperança revolucionária dos seus dirigentes. A greve geral organizada pela CGT francesa não tivera a adesão esperada, determinando o desalento nas fileiras do movimento operário internacional³⁶.

Quando os dirigentes socialistas alemães e franceses votam os créditos de guerra, os militantes dividem-se. Em Portugal, a direcção parlamentar do PSP começa a apelar para a necessidade de respeitar os compromissos internacionais, ou seja, o tratado com a Inglaterra. Mas se o conselho central se inclinava para posições antigermanófilas, patentes no órgão central do partido, *O Combate*, o periódico socialista *A Voz do Povo*, no Porto, defenderá irredutivelmente a orientação anti-intervencionista ao longo da guerra, manifestando o seu apoio ao manifesto de Zimmerwald e, posteriormente, às condições de paz bolchevistas³⁷.

Não foram apenas os socialistas a contradizer a sua inicial posição anti-intervencionista. Também houve anarquistas partidários da guerra. Internacionalmente foram representados por Kropotkine, que alegava a necessidade de combater o despotismo alemão. De facto, o argumento da guerra civilizacional, que tinha por objectivo defender as conquistas das revoluções democráticas e liberais, unia republicanos, parte dos socialistas e também alguns libertários.

No contexto nacional, Emílio Costa foi o acrata que mais se destacou na defesa desta posição, tendo inclusivamente assinado o célebre «Manifesto dos dezasseis»³⁸, em que diversas personalidades do campo acrata dão o seu apoio aos aliados. No seu jornal, *O Germinal*, levou a cabo polémica com aqueles anarquistas que seguindo a posição de Malatesta, responsável pelo «Manifesto contra a guerra», mantinham intransigentemente a sua posição anti-intervencionista³⁹.

Este autor chamava a atenção para a necessidade dos anarquistas tomarem uma posição pragmática, apoiando as democracias liberais contra os estados autocráticos, acusando os «ortodoxos» de se refugiarem num dogmatismo verbal totalmente ineficaz⁴⁰. No fundo, propunha que os seus camaradas apoiassem o regime que pretendiam abolir.

Todavia, se alguns intelectuais sentiam que a sua liberdade poderia ser ameaçada pelo retrocesso que significaria a vitória dos impérios centrais, os libertários no meio operário não tinham razões para pensar que o despotismo alemão seria pior que o do «racha-sindicalistas», Afonso Costa.

Face à famosa carta de Kropotkine (justificadora do intervencionismo), interrogam-se os «anarquistas do Norte»: «que sucedeu nos últimos dois anos que possa justificar tal mudança de opinião?». E criticavam o facto de os anarquistas se dignarem «a discutir a embrulhada da política internacional e a comparar os governos uns com os outros, para tentar provar que um governo, ou uma forma de despotismo, deve ser preferido a outro».

³⁶ A imprensa operária portuguesa procurava relativizar a derrota e recusar a decretada falência do sindicalismo revolucionário, sublinhando o curto espaço de tempo que houve para organizar a greve geral francesa. Concluem, ainda assim, que «os acontecimentos mostram-nos ser necessário trabalhar e muito, ser precisa uma ativa propaganda [...]. O número dos enérgicos, dos conscientes é pequeno, limitado, mas não constitui isso razão para afrouxar na luta» (Em França, a confederação e a greve geral. *O Sindicalista* (29 Dez. 1912) p. 1.

³⁷ TELO, António – Decadência e queda da I República portuguesa, p. 92.

³⁸ VENTURA, António – «Guerristas» e «Antiguerristas»: Análise retrospectiva de um conflito, p. 112.

³⁹ VENTURA, António – «Guerristas» e «Antiguerristas», p. 107.

⁴⁰ COSTA, Emílio – Os Anarquistas e a guerra Europeia. *Germinal* (1 Jan. 1915) p. 1.

O anarquismo operário sublinha o carácter classista desta divergência de orientação, criticando o facto de Kropotkine não se preocupar com a «situação dos trabalhadores nesta emergência ou depois dela», de não fazer «efectivamente referência alguma aos trabalhadores»⁴¹.

De facto, a origem de classe e o íntimo envolvimento destes libertários nas associações de classe, por influência do sindicalismo revolucionário, terá determinado que *A Aurora*, órgão privilegiado do anarco-sindicalismo durante a guerra, fosse dos mais aguerridos combatentes da conflagração e da participação portuguesa na mesma, ainda que fossem secundados por outros grupos, como *A Sementeira*, e apoiados igualmente por alguns intelectuais, entre os quais se destaca Neno Vasco⁴².

Contudo, os militantes que se mantinham intransigentemente anti-intervencionistas estavam cada vez mais isolados. Os socialistas preparavam-se para acompanhar os seus camaradas internacionais e apoiar o regime. E até a CGT francesa, a inspiração do Sindicalismo Revolucionário português, acabaria por sucumbir.

No início de 1915, Pierre Monatte, n'«um documento notável», conta como «no decorrer dos últimos 5 meses» viu com assombro o comité confederal admitir pura e simplesmente, sem protesto, que o seu secretário-geral aceitasse uma missão oficial como comissário da nação. Como algumas semanas mais tarde, a comissão confederal, enviada a



1.º de Maio de 1919. *União Operária Nacional* mobiliza cerca de 30.000 pessoas no Parque Eduardo VII numa manifestação para a época monumental, onde se saúda a Revolução Russa (Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 12 de Maio de 1919).

⁴¹ O carácter da presente conflagração. *A Aurora* (3 Jan. 1915) p. 1.

⁴² Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, cujo o pseudónimo era Neno Vasco, virá a sintetizar os ensinamentos da participação dos anarquistas no movimento sindical, e paralelamente da guerra e da Revolução Russa, no texto mais esclarecedor sobre a introdução do anarco-sindicalismo em Portugal. Marcado indubitavelmente pelo pensamento de Malatesta, com quem trocava correspondência directa, a sua obra póstuma – *Concepção Anarquista do Sindicalismo* – oferece uma retrospectiva geral sobre o movimento sindical e sua relação íntima com o anarquismo, que neste período está em crescimento.

Bordéus, consentiu em fazer uma excursão de conferências por conta do governo. Como militantes sindicalistas e funcionários adoptaram uma linguagem digna dos mais puros nacionalistas. E como, finalmente, o comité confederal negou a sua simpatia aos esforços tentados para concertar a paz, aos socialistas dos países neutros. As nossas organizações centrais na França e na Alemanha, a CGT e os Partidos Socialistas, a União Sindical Internacional e a Internacional Socialista, «firmaram a sua bancarrota»⁴³.

Em Portugal, a União Operária Nacional (UON), criada em Março de 1914 com base numa unidade forçada e artificial entre as associações de classe reformistas e revolucionárias, não conseguiu muito mais do que editar um manifesto contra a conflagração. Este procura reflectir a orientação do Sindicalismo Revolucionário, que procurava conciliar de alguma forma as bases trabalhadoras do PSP e o anarquismo operário. Porém, era este último que se tornava cada vez mais atractivo para os activistas portugueses devido ao seu intransigente antiguerrismo, suplantando a ideia de um sindicalismo independente e congregador de diferentes tendências.

O anarco-sindicalismo combatia a guerra e combatia os seus antigos camaradas rendidos ao intervencionismo. A polémica atravessava fronteiras. *A Aurora* rebatia a argumentação d'*A Acción Libertária*, mostrando a importância de manter os postulados revolucionários. Não era só o antimilitarismo que estava em causa, o intervencionismo colocava em cheque o apoliticismo e a luta de classes⁴⁴.



A GNR defende a ordem pública durante a greve da carris de 1915. A repressão acentua-se durante a conflagração. (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

⁴³ Fala um revolucionário francês: a nossa atitude perante a guerra. *Aurora* (17 Jan. 1915) p. 1.

⁴⁴ Os anarquistas e a guerra: Resposta à *Acción Libertaria*: O internacionalismo. *A Aurora* (10 Out. 1915) p. 4.

Quando em Março de 1915 «os revolucionários sociais de Ferrol convidam os socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias para um congresso internacional contra a guerra»⁴⁵, as juventudes sindicalistas enviam o acrata Aurélio Quintanilha, que representou ainda as juventudes sindicalistas francesas e o seu órgão *Le cri des jeunes syndicalistes!* e a UON envia o principal dirigente anarco-sindicalista – Manuel Joaquim de Sousa, que viria a ser o primeiro secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho, fundada em 1919.

O impacte da revolução russa e a mudança de paradigmas

Terminada a guerra, a revolução social já não era apenas uma quimera inspiradora, era uma realidade concreta que se ia aproximando à medida que a onda revolucionária irradiava da Rússia bolchevique. Pela primeira vez, a concretização da emancipação operária surgia como uma realidade atingível. A viragem que essa constatação representa na construção ideológica, o debate que provocará no seio de todas as escolas socialistas e a transformação que determinará nos princípios de muitos militantes assola o movimento operário internacional.

A imprensa sindicalista e anarco-sindicalista portuguesa estava esperançada nos bolcheviques. *A Sementeira*, em 1918, afirmava que «depois de Lénine, Trotsky e seus amigos» deixarem de se intitular «governo, mas “soviet dos comissários do povo”» o próprio Lisitchine (anarquista russo) defendia que a imprensa burguesa não se enganava ao falar da “anarquia” russa»⁴⁶. Estes militantes, carentes de informações que lhes possibilitasse formar as suas próprias opiniões, citavam diferentes figuras do anarquismo internacional, tão diversas quanto contraditórias.

Todavia, até conhecer as 21 Condições de adesão à III Internacional, em 1920, *A Batalha* – órgão central da recém criada CGT portuguesa – manteve uma posição dúbia. Em 1919 publicava em primeira página, lado a lado, uma carta de Romain Rolland⁴⁷ e outra de Malatesta, defendendo posições antagónicas face à Revolução bolchevique. O primeiro agradecia ao povo russo que, conquistando a sua liberdade, trabalhava para a emancipação de todos os europeus e o segundo condenava a ditadura do proletariado, comparando-a a todas as outras⁴⁸.

A 26 de Julho de 1920, *A Batalha* publica uma carta de Kropotkine aos operários da Grã-Bretanha, introduzindo-a com a afirmação peremptória: «O facto da república dos soviets nos ser bastante simpática e representar para nós um enorme passo para adiante não nos restringe a faculdade de crítica». Kropotkine defendia que o «comunismo estatista, estritamente centralizado, com um governo de ferro que realiza a ditadura dum partido» fracassara. Na sua opinião, «a imensa obra construtiva exigida por uma revolução social [...] exige o saber, o cérebro e a colaboração voluntária de toda uma massa de forças locais e especializadas»⁴⁹.

⁴⁵ Pela paz. *A Aurora* (7 Mar. 1915) p. 1.

⁴⁶ A Nova Grande Revolução. *A Sementeira* (Jan. 1918) p. 1-2.

⁴⁷ ROLLAND, Romain – A Rússia livre e libertadora. *A Batalha* (19 Set. 1919) p. 1.

⁴⁸ MALATESTA, Errico – A ditadura do proletariado e a Anarquia. *A Batalha* (19 Set. 1919) p. 1.

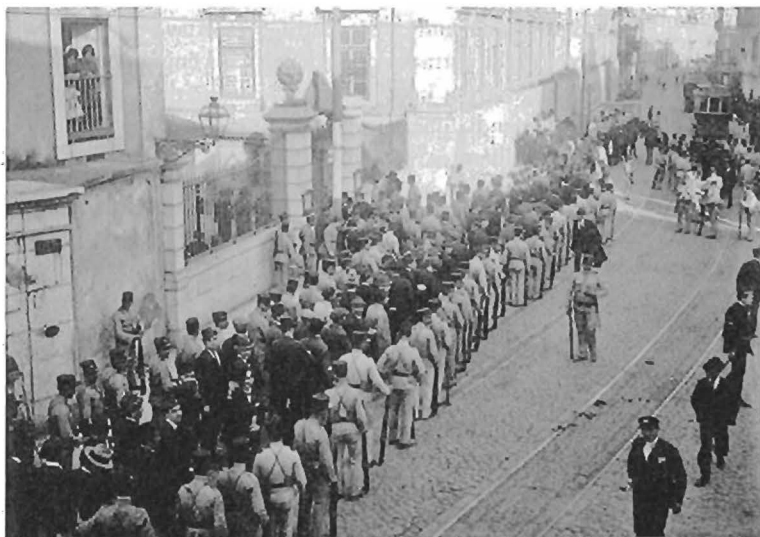
⁴⁹ A Opinião de Kropotkine Acêrca da Rússia Vermelha. *A Batalha* (26 Jul. 1920) p. 1.

Durante o verão desse ano, porém, o diário sindical publicou inúmeras opiniões que contrariavam ou fundamentavam o testemunho de Kropotkine, destacando-se os artigos de G. M. Serrati⁵⁰, Anatole France⁵¹, Salvadore Ségui⁵² e os comunicados de Frossard e Cachin⁵³. A análise da vitória bolchevique instala-se n' *A Batalha* pela pena de militantes estrangeiros.

Todavia, quando os anarquistas portugueses se aperceberam do poder de atracção que o leninismo exercia sobre o designado sindicalismo independente, dão início à batalha ideológica que irá marcar o entre-guerras e dividir o operariado organizado entre anarquismo e bolchevismo.

*A Sementeira*⁵⁴ responde à pergunta lançada por Pierre Monatte ao Movimento Operário Francês – «O Soviet é porventura coisa muito diversa da União Local de Sindicatos?» – defendendo que receava «certas superfetações políticas, resultantes do dualismo da organização económica (soviet económico ou sindicato) e da organização política centralizada (sindicato político)»⁵⁵.

*A Comuna*⁵⁶ publica a carta de Malatesta, que define a posição dos anarco-sindicalistas, ao distanciar-se da propaganda contra-revolucionária mas também dos postulados leninistas, nomeadamente no que respeita à necessidade da ditadura do proletariado⁵⁷.



Cerco militar ao edifício onde estava reunido o pessoal em greve dos Correios e Telégrafos, em Março de 1920. A repressão policial contribui para a derrota do movimento reivindicativo. (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

⁵⁰ SERRATI, G.M. – Sobre a Rússia Vermelha. Primeiras Impressões Moscovitas. *A Batalha* (2 Ago. 1920) p. 1.

⁵¹ FRANCE, Anatole – Pela Rússia Vermelha. *A Batalha* (2 Set. 1920) p. 1.

⁵² SEGUI, Salvador – A Organização Sindical em face do Partido Socialista, em face da Revolução Russa. *A Batalha* (29 Set. 1920) p. 1.

⁵³ Impressões da Rússia, O que Frossard e Cachin dizem àcerca da república dos Sovietes. *A Batalha* (19 Ago. 1920) p. 1.

⁵⁴ Hilário Marques é director de *A Sementeira*.

⁵⁵ Na Hora da Luta. *A Sementeira* (Jun. 1919) p. 1.

⁵⁶ Manuel Joaquim de Sousa é director de *A Comuna*.

⁵⁷ Uma carta de Malatesta. *A Comuna* (30 Maio 1920) p. 4.

Finalmente, com a constituição da Internacional Comunista e das suas 21 Condições, em 1920, a redacção d' *A Batalha* toma uma posição definitiva. Numa série de editoriais sob o título *O Caminho a Seguir*, reafirma o repúdio anarco-sindicalista por toda e qualquer espécie de ditadura, exercida pela «*burguesia ou proletariado*»⁵⁸.

Na data, *A Batalha* publica ainda a obra de Neno Vasco, que se correspondia directamente com Errico Malatesta – *Concepção anarquista do Sindicalismo* –, que define, com uma clareza invulgar, os postulados teóricos deste novo caminho a seguir⁵⁹ – o anarco-sindicalismo.

Este autor fora acérrimo defensor do Sindicalismo Revolucionário, tendo sido, dos poucos intelectuais anarquistas que não houvera cedido ao intervencionismo, apoiando a corrente sindicalista que se fortalecia no Porto e no seio das juventudes, pela mão dos operários anarquistas.

Na data, chegou mesmo a ser acusado por Eduardo Gilimón, em *La Protesta* de Buenos Aires, de defender «a neutralidade absoluta e passiva dos anarquistas nos sindicatos, por apelar à união de todos os operários no terreno da luta de classes e a liberdade para todos, dentro do sindicato»⁶⁰.

Contudo, com a aprendizagem da Guerra e da Revolução Russa, o acrata reformulara a sua opinião. Em 1920 defende que aos anarquistas na organização sindical compete exercer «toda a sua actividade e influência, em prol do seu programa integral, sempre intransigentemente mantido afim de pesar com todo o seu peso e obter em todas as soluções o máximo de anarquismo»⁶¹.

Se estava definido, nesta obra, o papel dos anarquistas nos sindicatos, também estava esclarecido o papel dos sindicatos na anarquia. O anarquismo operário apartava-se do automatismo sindical, mas também das restantes tendências anarquistas, nomeadamente a harmonista liderada por Pedro Kropotkine, abrindo caminho para a conceptualização do anarco-sindicalismo.

Este tornar-se-à hegemónico no seio da central sindical, após o afastamento dos elementos que se deixaram seduzir pelo bolchevismo, como Manuel Ribeiro ou Carlos Rates, e que fundariam a Federação Maximalista Portuguesa e o Partido Comunista Português, respectivamente.

Conclusão

No pós-guerra, a corrente sindicalista revolucionária no seio da CGT francesa era encaminhada pela mão de Pierre Monatte para uma adaptação peculiar do bolchevismo. Este defendera a independência do Sindicalismo Revolucionário no congresso anarquista de 1907, contra a opinião de Malatesta, e se mantivera fiel aos seus princípios, demitindo-se da CGT quando esta cedera ao intervencionismo em 1914.

⁵⁸ GONÇALVES, Gil – O Caminho a Seguir Deve Ser a Preparação dos Elementos com que Há de fazer-se a Revolução. *A Batalha* (22 Dez. 1920) p. 2.

⁵⁹ Esta obra tem sido traduzida e editada em vários países, constituindo um marco incontornável da história libertária. Ainda hoje é possível encontrar citações da mesma em numerosos órgãos de propaganda anarquista, por todo o mundo.

⁶⁰ O anarquismo nos sindicatos. *A Aurora* (20 Jun. 1915) p. 1.

⁶¹ VASCO, Neno – *Concepção anarquista do sindicalismo*, p. 133-134.

No congresso de Lille de 1921, esta autoridade no seio da corrente revolucionária defende a adesão à Internacional Sindical Vermelha, confiante que as palavras de Lenine – «Il n'est pas vrai que les Russes imposent aux révolutionnaires des autres pays de copier servilement et fidèlement leur Révolution, et de l'accomplir à leur modèle. Allez plus loin que nous, me disait Lénine, dépassez-nous, faites mieux que nous, mais faites» – garantiam a independência do movimento sindical⁶².

Em Novembro do ano seguinte, após o congresso do Partido Comunista Francês, Monatte volta a esclarecer a posição sindicalista revolucionária face à nova conjuntura criada pela guerra e a revolução russa. Colocando as conquistas revolucionárias do povo russo acima de qualquer divergência doutrinária, os sindicalistas revolucionários continuam a atribuir às associações de classe o papel determinante na luta de classes. Aceitando o auxílio das novas instituições revolucionárias – os partidos comunistas, mantêm irredutível a sua recusa em relacionar as diferentes organizações – a económica e a política⁶³.

Todavia, no contexto nacional, eram agora as teses de Malatesta que orientavam os dirigentes operários. O anarco-sindicalismo português atingira a sua maturidade e rendia o Sindicalismo Revolucionário. Quando a crise revolucionária do pós-guerra começa a esmorecer e a eficácia do sindicalismo é posta em causa por um patronato cada vez mais unido, os anarquistas iniciam a sua batalha ideológica contra a «ameaça leninista», apontando as insuficiências e contradições da doutrina que inspirara o movimento operário desde 1909 e que se mostrava ameaçadoramente permeável às novas concepções leninistas.

A evolução do anarquismo operário de Malatesta, muitas vezes publicado na imprensa operária, reflecte-se sem dúvida na construção ideológica do movimento sindical português, que é conduzido, de facto, pelos anarco-sindicalistas. Como já foi referido, as divergências entre este anarquista e Monatte recuam ao congresso anarquista de Amesterdão, em 1907, quando afirmou que «o sindicalismo, mesmo ganhando consistência com o adjectivo revolucionário, só pode ser um movimento legal, movimento que luta contra o capitalismo no meio económico e político que o capitalismo e o Estado lhe impõem. Não tem, portanto, saída, e nada poderá obter de permanente e geral»⁶⁴.

Os ensinamentos da Grande Guerra e da Revolução Russa irão tornar clara a sua posição face ao sindicalismo de inspiração francesa. O seu artigo *Sindicalismo e Anarquismo* de 1922, que sublinha os pontos de convergência e divergência das duas «doutrinas», encontra muitos pontos comuns com a obra de Neno Vasco supracitada, nomeadamente na enunciação das limitações do sindicalismo.

Para ilustrar os seus argumentos, Malatesta refere inúmeros exemplos concretos, com base na realidade italiana de então. Também Neno Vasco, ao fazer a crítica do Sindicalismo Revolucionário português, aponta os resultados práticos das suas insuficiências no contexto nacional.

⁶² MONATTE, Pierre – Discours au congrès de Lille de la C.G.T. (30 juillet 1921). *Compte-rendu des travaux du XXII^e congrès national corporatif (XVI^e de la C.G.T.)*. [Em linha]: Disponível em [www: <URL: http://www.marxists.org/francais/monatte/works/1921/07/monatte_19210730.htm#_ftn3>](http://www.marxists.org/francais/monatte/works/1921/07/monatte_19210730.htm#_ftn3).

⁶³ MONATTE, Pierre – Declaration after the Paris Congress of the PCF. *Bulletin Communiste* (9 Nov. 1922) [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.marxists.org/archive/monatte/1922/declaration.htm>](http://www.marxists.org/archive/monatte/1922/declaration.htm).

⁶⁴ Intervenção de Malatesta no Congresso de Amesterdão. Publicada por *Les Temps Nouveaux* em 1907 e traduzida para português por Fernando A. S. Araújo. [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.marxists.org/portugues/malatesta/1907/10/05.htm>](http://www.marxists.org/portugues/malatesta/1907/10/05.htm).

A ideia francesa, promovida a doutrina pelos seus defensores, constituiu-se como um fenómeno transnacional, exportada inclusive para os Estados Unidos. O movimento operário português acompanhou a sua difusão e a sua evolução para o anarco-sindicalismo, acolhendo os grandes debates em que se centraram os teóricos e dirigentes europeus. Os seus reflexos perpetuaram-se no tempo, determinando um Partido Comunista liderado por sindicalistas imbuídos de postulados libertários e uma CGT anarco-sindicalista que nunca renunciou à independência ideológica do sindicalismo.

Nos anos trinta, a criação do *Comité dos 22* em França – com elementos oriundos da CGT francesa, anarco-sindicalista; da CGTU, comunista; e dos Sindicalistas Autónomos, preconizando a unidade orgânica com base nos princípios da *Carta de Amiens* – ainda inspirou Alexandre Vieira e Emílio Costa, que continuavam a sonhar com um Núcleo de Estudos e Propaganda do Sindicalismo, que congregasse as diferentes facções do movimento operário português⁶⁵. Todavia, a época do Sindicalismo Revolucionário estava definitivamente ultrapassada na Europa, onde o leninismo seduzia cada vez mais militantes, à excepção daqueles países, como os ibéricos, em que o anarco-sindicalismo logrou minimizar a sua influência por alguns anos.

BIBLIOGRAFIA

- BALLON, Pieter – Le mouvement syndicaliste révolutionnaire à Liège pendant l'entre-deux-guerres. *Revue Belge d'Histoire Contemporaine*. XXVIII (1998).
- CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
- COSTA, Emílio Martins – *Sindicalismo Independente*. Lisboa: Seara Nova, 1931.
- FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1980.
- FREIRE, João – *Anarquistas e Operários, Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1988.
- JULLIARD, Jacques – *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe*. Paris: Seuil, 1971.
- MARGARIDO, Alfredo – *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*. Lisboa: Guimarães, 1975.
- MEDEIROS, Fernando – *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- MEDINA, João (apresentação de) – *Guerristas e antiguerristas: Portugal na Grande Guerra: estudos e documentos*. Lisboa: Centro de História da Univ. de Lisboa, 1986. (Cadernos CLIO. Série História Contemporânea de Portugal; 1).
- MENDES, José Amado – Para a História do Movimento Operário em Coimbra. *Análise Social*. Vol. XVII, n.º 67-68 (1981) 3.º-4.º
- MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe operária em Portugal*. Lisboa: ICS, 1986.

⁶⁵ PEDROSO, Alberto; VENTURA, António – *Alexandre Vieira: 30 anos do sindicalismo português*, p. 128.

- MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: INCM/IED, 1985.
- NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português*. Porto: Rev. Pensamento, 1932.
- OLIVEIRA, César – *A criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento, 1973.
- OLIVEIRA, César – *O Movimento Operário em Portugal, A Primeira Cisão*. Lisboa: Europa-America, 1983.
- OLIVEIRA, César – *Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra 1914-18*. Lisboa: Gab. de Investigações Sociais, 1973.
- PELOUTIER, Fernand – *La vie ouvrière en France*. Paris: Librairie C. Reinwald: François Maspero 1975. (Bibliothèque Internationale des Sciences Sociologiques).
- PEREIRA Pacheco – *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Convergência, 1971.
- QUINTELA, João – *Para a história do movimento comunista em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1976.
- RODRIGUES, Edgar, *Os Anarquistas e os Sindicatos, Portugal 1911-1922*. Lisboa: Sementeira, 1981.
- SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria, *Sob o signo da guerra [Texto policopiado]: «verdes» e «vermelhos» no conturbado ano de 1918*. Lisboa: FCSH da UNL, 2001. Dissertação em História dos Séculos XIX e XX, secção do século XX.
- SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1974.
- SOUSA, Manuel Joaquim de – *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*. Lisboa: Antígona, 1989.
- TELO, António José – *As Associações Patronais e o fim da República* [Texto policopiado]. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, p. 317-341. (Actas do Colóquio, Fac. de Letras, Março 1980).
- TELO, António José – *Decadência e queda da I República Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- TOLEDO, Edilene – *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- VALENTE, Vasco Pulido – *A República velha: 1910-1917: ensaio*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- VALENTE, Vasco Pulido – *O Movimento Sindical Português*. Lisboa: Prospectivas, (1), 1980.
- VARGAS, João Tristan – *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 2004.
- VENTURA, A.; PEDROSO, A. – *Alexandre Vieira: 30 anos de Sindicalismo em Portugal*, Lisboa: [s.n.], 1985.
- VENTURA, António – *Entre a República e a Acracia: O pensamento e a acção de Emílio Costa*. Lisboa: Colibri, 1994.
- VIANA, J. M. – *Historia do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, Mem-Martins, Europa-America, 1979, 4 vols.
- VIEIRA, Alexandre – *Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*. Lisboa: A. Vieira, 1950.
- VIEIRA, Alexandre – *Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal: de 1908 a 1919*. Lisboa: Edições Base, 1977.
- VIEIRA, Alexandre – *Delegacia a um congresso sindical*. Lisboa: [s.n.], 1960.

FONTES

Periódicos

- Aurora!* Ano I, 3.^a série, n.º 1 (1910). Porto, 1910.
- Bandeira Vermelha (A)*: Órgão da Federação Maximalista Portuguesa. dir. Manuel Ribeiro; ed. Jaime Neves Guimarães. Ano I, n.º 1 (15 Maio 1919). Lisboa, 1919-1920. Semanal.
- Batalha (A)*: *porta voz da organização operária portuguesa*. dir. Alexandre Vieira. propr. União Operária Nacional. Ano I, n.º 1 (23 Fev. 1919). Lisboa, 1919-1927. Diário sindicalista.
- Comuna (A)*: *Órgão Comunista Libertário*. Propr. Grupo de Propaganda Libertária. Ano I, n.º 3 (16 Maio 1920). Porto, 1920. (Antigo Quinzenário «A Aurora»). Anarco-sindicalista.
- Germinal*. Dir. Emílio Costa. Ano I, n.º 1 (1 Jan. 1915). Lisboa, 1915.
- Greve (A)*. dir. Alexandre Vieira. Ano I, n.º 1 (18 Abr. 1908). Lisboa, 1908. Diário operário da manhã Sindicalista.
- Lucta (A)*. dir. Brito Camacho. Ano 1, n.º 1 (1 Jan. 1906). Lisboa, 1906. Diário republicano.
- Movimento Operário (O)*: Boletim da União Operária Nacional. Ano 1, n.º 1 (29 Abr. 1917). Lisboa, 1917-1918. Semanário sindicalista.
- Sementeira (A)*. Dir. Hilário marques. Ano I, n.º 1 (Set. 1908). Publicação mensal ilustrada – crítica e sociologia. Anarquista.
- Sindicalista (O)*. Dir. António Evaristo e Alexandre Vieira. Ano 1, n.º 1 (13 Nov. 1910). Lisboa. 1910-16. Órgão da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista.
- União Operária: Órgão e Propriedade da União Operária Nacional, Central dos Sindicatos Operários Portugueses*. dir. J. Carlos Rates; ed. Luiz Rodrigues Ramos. Ano I, n.º 1 (1 Maio 1914). Lisboa, 1914. Quinzenário sindicalista.

Monografias

- CAFIERO, Carlo – *Comunismo e anarquia*. Lisboa: Grupo Liberto Germinal, 1911.
- CHALLAYE, Félicien; RIBEIRO, Manuel (trad.) – *O sindicalismo*. Lisboa: Centro Typ. Colonial, 1912.
- CGT DE FRANÇA – *O dia de oito horas*. Porto: Typ. Peninsular, 1910. (Bibliotheca d'A vida).
- COSTA, Emílio – *Ação directa e acção legal*. Lisboa: União das Associações de Classe de Lisboa, 1912. (Conferência realizada na casa sindical em 31 de Dezembro de 1911).
- CRISTO, Francisco Homem (comp. e trad.) – *O bolchevismo na Rússia*. Aveiro: Typ. Nacional, 1919 (Compilação de trechos traduzidos e tirados de várias publicações sobre a Rússia).
- DELESALLE, Paul; MARQUES, Hilario – *A Confederação do Trabalho: história, constituição, fins, meios*. Lisboa: Sementeira, 1909.
- ELTZBACHER, Paul; RIBEIRO, Manuel (trad.) – *As doutrinas anarquistas*. Lisboa: Guimarães, 1908.
- FABBRI, Luigi – *O sindicalismo*. Lisboa: A. Machado, 1913. (Biblioteca Arquivo Social).
- HAMON, Augustin; LIMA, Adolfo; CARVALHO, Severino de (trad.) – *A conferência de paz e a sua obra: o que ela foi e o que devia ser*. Lisboa: Guimarães, 1919.
- HAMON, Augustin; BOTELHO, Adriano (trad.) – *A crise do socialismo*. Lisboa: A Batalha, 1921.

- HAMON, Augustin; LIMA, Adolfo (trad.) – *As lições da guerra mundial*. Lisboa: Guimarães, 1918.
- IBAÑES, Jesus – *Conferência sobre o movimento sindicalista e revolucionário internacional, realizada em Lisboa, em 11 de Julho de 1922*. Lisboa: Junta das Juventudes Comunistas, 1922.
- KROPOTKINE, P. – *Sindicalismo e parlamentarismo*. Algés: Novos Horizontes, 1913.
- LAGARDELLE, Hubert [et. al] – *Sindicalismo e socialismo*; trad. de Emílio Costa. Lisboa: José Bastos & Ca., [1909].
- LEONE, Enriço; RIBEIRO, Manuel de (trad.) – *O Sindicalismo*; trad. de Emílio Costa. Lisboa: Guimarães, 1911 (Colecção Sociologia).
- MACHADO, Augusto – *O 1.º de Maio e o sindicalismo*. Algés: Novos Horizontes, 1913.
- MALATESTA, Henrique; VASCO, Neno (trad.) – *O que querem os anarquistas: diálogo entre camponeses*. Lisboa: António Ernesto Dias da Silva, 1910.
- MERLINO, Saverio; SOREL, Georges; LIMA, João Evangelista Campos (trad.) – *Formas e essências no socialismo*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, 1909.
- NETTLAU, Max – *A responsabilidade e a solidariedade na luta operária: seus limites actuais e sua extensão possível: relatório lido a 5 de Dezembro de 1899 ante o Freedom Discussion Group de Londres*. Lisboa: Lima da Costa, Neno Vasco, 1912.
- PELLOUTIER, Fernand – *A união de Sindicatos e a Anarquia*. Lisboa: Lima da Costa, Neno Vasco, 1910.
- PELLOUTIER, Fernand; SOREL, Georges – *Histoire des bourses du travail: origine, institutions avenir*. Paris: Schleicher Frères, 1902.
- PIERROT, Marc – *Sindicalismo e Revolução*. Lisboa: Bertrand, [1910].
- POUGET, Émile – *A Associação*. Évora: Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, 1912.
- POUGET, Émile – *Bases do Sindicalismo*. Porto: Grupo de Estudos Sociais, 1910.
- POUGET, Émile; COSTA Emílio (trad.) – *A Confederação Geral do Trabalho*. Lisboa: José Bastos, [1909]. (Biblioteca do movimento social).
- PRAT, Joseph; BRIAND, Aristide; CARVALHO, Ribeiro de; MACHADO, Betto (trad.) – *Sindicalismo e greve geral*. Lisboa: Almeida, Carvalho & Ca, [1913].
- QUARTIM, Pinto – *O Sindicalismo e os Intelectuais*. Rio de Janeiro: Agência Lux., 1921.
- QUARTIM, Pinto – *O problema português: os partidos e o operariado*. Lisboa: Empr. Ed. Popular, [1919].
- RIBEIRO, Manuel – *Na linha de Fogo*. Lisboa: A Batalha, 1920.
- SANTOS, Augusto César dos – *A questão operária e o syndicalismo*. Lisboa: José Bastos & C., [1910]. (Biblioteca do movimento social).
- SIMÕES, J. M. de Oliveira – *Sindicalistas e anarquistas*. Évora: Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, 1913 .
- SOUSA, Manuel Joaquim de – *Relatório do delegado da U. O. N. ao Congresso Internacional Pró-Paz*. Porto: União Operária Nacional, 1915.
- SOUSA, Manuel Joaquim de – *Sindicalismo e ação direta*. Porto: Typ. Peninsular, 1911. (Centro e Biblioteca de Estudos Sociais; 3).
- VALE, Jòsê do – *A revolução burguesa e a revolução social*. Lisboa. Bibl. Sociológica, 1911.
- VASCO, Neno – *Sindicalismo revolucionário*. Almanaque de *A Aurora*. Porto: Biblioteca do Grupo Aurora Social, 1913. p. 67-77.
- VASCO, Neno – *Concepção anarquista do sindicalismo*. Lisboa: A Batalha, 1920.